



Narrativas do Jornal Extra e do blog Casos de Polícia: Performances discursivas sobre os 5 anos da UPP do Complexo do Alemão¹

Fabio Leon Moreira²

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

O artigo pretende fornecer uma análise sobre os processos narrativos que moldaram a discursividade acerca da implantação de Unidades de Polícia Pacificadora no conjunto de favelas conhecido como Complexo do Alemão, zona norte do RJ. Foram coletadas reportagens do sítio do Jornal Extra e em um de seus produtos mais acessados, o blog Casos de Polícia, onde a investigação se concentrará nas representações simbólicas compreendidas em seus enunciados. O objetivo é identificar a noticiabilidade de tal contexto histórico e suas negociações sobre as perspectivas das UPP's na audiência. Iremos versar sobre como uma empresa jornalística constrói uma aposta de sucesso sobre uma política de segurança pública, substituída, tempos depois, por uma sensação de cautela em seu noticiário, resultante de arbitrariedades de agentes do Estado para, reconhecer, paulatinamente, que a tática necessita de uma revisão, mas sem abandonar o apoio à militarização das favelas.

Palavras-chave: Narrativa; Ciberjornalismo; Complexo do Alemão; UPP's

Introdução

Em novembro de 2010, as forças armadas adentraram o Complexo do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro, na maior operação militar já feita na história da democracia brasileira, para implantar o seu mais ousado plano de combate à criminalidade: as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) que, naquele conjunto de favelas, teria um efeito consolidador de suas práticas perante a audiência. A ostentação do poderio bélico configurava-se como continuação da estratégia de segurança pública desenvolvida dois anos antes e empregada pelo Governo do Estado

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 5 - Comunicação, Consumo E Novos Fluxos Políticos: ativismos, cosmopolitismos, práticas contra-hegemônicas, do 5º Encontro de GTs - Comunicon, realizado nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2015.

² Jornalista, Mestrando em Comunicação pelo PPGCOM da Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), linha de pesquisa: Mídia, Cotidiano e Produção de Sentido. Bolsista Capes. Orientador: Prof. Dr. Kleber Mendonça. E-mail: fabio.socialrj@gmail.com



para que policiais militares estabelecessem uma tática de aproximação com as comunidades pobres submetidas a essa política intervencionista.

O plano das UPP's era amortizar os índices de periculosidade que essas favelas poderiam representar para os megaeventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016). Mas para que houvesse uma empatia por parte da população, onde a consolidação do plano não fosse vista somente como uma ocupação militar e verticalizada das áreas de pobreza, estabeleceu-se os seguintes cenários amplamente midiaticizados.

De um lado, devido à reação dos traficantes, que optaram por não seguir os trâmites pacíficos das outras operações, o Complexo do Alemão recebe quase que instantaneamente um extenso volume de matérias produzidas pelos meios de comunicação hegemônicos, incluindo a versão eletrônica do Jornal Extra e o blog Casos de Polícia. As narrativas, que perduraram semanas antes da invasão, são implacáveis ao determinar a comunidade como o centro organizacional de um contingente de facções e cuja recuperação pelas autoridades atingirá uma “vitória sem precedentes contra a criminalidade”, uma derrota maciça sobre o “mal” .

Do outro, essas e outras favelas, que participam desta política pública de segurança, recebem uma série de contrapartidas sociais dos governos estadual e municipal e são noticiadas como microcosmos de novas “oportunidades”, como a entrada de serviços essenciais como coleta de lixo, manutenção urbanística, a legalização de uma série de precariedades e informalidades, etc.

Entretanto, passados quase 5 anos, o teor do noticiário do Jornal Extra/Casos de Polícia foi gradativamente perdendo o seu estatuto de referência enquanto portador das boas novas sobre o cotidiano das UPP's. Depois de enaltecer o triunfalismo da “reconquista” e propagandar a presença da legalidade governamental nesses territórios, surge um terceiro cenário: agora são ataques de traficantes às bases



policiais montadas no conjunto de favelas, assassinatos de PM's e de moradores em confrontos armados, além de outras anormalidades pautadas pela mídia.

O problema a ser discutido nessa análise é como a formatação das intrigas apresentadas, que participam de um já complexo processo de negociação, repleto de contradições, constitui as bases que normatizam uma providencial maleabilidade discursiva sobre a atuação das UPP's em um curto espaço de tempo. Que transcorre de um prévio e gritante apoio ideológico fornecido pela grande mídia jornalística quando do início da empreitada, para, em seguida, *naturalizar* novamente as violências insolúveis surgidas nesse “novo-velho” panorama.

Com isso, busca-se propor, através desse recorte de tempo, algumas problematizações acerca do “resgate” de uma comunidade que é catapultada como modelo exemplar de uma política de segurança pública vitoriosa, retornando, em seguida, ao velho enquadramento histórico-midiático dado às comunidades pobres. Porém, dessa vez, com um *modus operandi* potencialmente incômodo: um local onde a criminalidade ressurgiu produzindo focos de conflitos isolados, porém gradativos e suficientes para reeditar e reconfigurar os permanentes aspectos de medo e vigilância midiáticos sobre as zonas de exclusão da cidade.

Para constituir tal hipótese, iremos nos debruçar em alguns estudos sobre narratologia, temporalidade e representação (Ricouer, 1994; Bhabha, 1998; Didi-Huberman, 2012; Rancière, 2003) como elementos de produção de sentido. Embora a grande maioria desses estudos não se baseie essencialmente na narrativa jornalística e, sim, em formulações sobre os processos narrativos inseridos na arte e na ficção, há pensamentos-chave que podem ser aplicados em função de sua similaridade aos questionamentos já existentes sobre a produção de notícias.

Como parte da metodologia, será utilizada uma pequena porém significativa coleta de notícias e reportagens produzidas pelo Jornal Extra/Casos de Polícia,



compreendidas entre novembro de 2010 e março de 2015. Como o corpus analisado é extenso, (55 reportagens) impossibilitando o encaixe de sua totalidade em função do espaço diminuto de um artigo, iremos trabalhar com seis textos divididos em três partes que melhor contribuíram para sintetizar as problemáticas apresentadas aqui. Dessa forma, serão elencados em uma tipologia de narrativas a serem melhor apresentadas no decorrer dessa análise: 1) Triunfalismo; 2) Favela como oportunidade e 3) Conflito “ressignificado”.

Narrativa, uma (im)previsibilidade (a)temporal

Uma das grandes questões, objeto de diversas abordagens no mundo acadêmico, e muito provavelmente fora dele, recai sobre os processos narrativos jornalísticos desencadeados para a compreensão de um determinado contexto histórico. Na ânsia por compreender acontecimentos, sintetizar dados complexos e se cercar de fontes de informações que forneçam credibilidade e uma pretensa “objetividade” ao seu produto final, ou seja, a notícia, o jornalismo se utiliza de conexões que se realizam entre eventos isolados, fragmentados, “mas que em um determinado momento precisarão compor um conjunto significativo, integral e coerente sobre o estabelecimento de uma realidade, considerando seus processos identitários e cognitivos.” (Motta, 2006).

Carvalho (2010) ao estudar a narrativa sob os auspícios dos conceitos de *tríplice mimese* e *tessitura da intriga* elaborado por Ricouer (1994) identifica um ponto que pode se considerado crucial para o desenvolvimento de nossa investigação: toda narrativa é reapropriada no ato de leitura, o que torna dinâmica a sua perspectiva ontológica, pois aquilo que vem configurado em uma determinada narrativa “receberá novas configurações a partir da perspectiva de quem lê, propiciando, assim, a criação/recriação da realidade, um processo que nunca finda”. (Carvalho, 2010).



Ricouer, aliás e a propósito, tece considerações sobre um segundo nó teórico enquanto parte integrante das negociações narrativas: o tempo. Para o autor, o tempo somente faz sentido como parte da memória da humanidade se puder ser resgatado ou previsto em alguma medida. Mas o que permite distender o tempo, recuperar o passado e fazer projeções sobre o futuro, além de fixar o presente? Para Ricouer, a resposta está exatamente no ato de narrar.

“Em nome de que proferir o direito de o passado e o futuro serem de algum modo? Ainda uma vez, em nome do que dizemos e fazemos a propósito deles. Ora, o que dizemos e fazemos quanto a isso? Narramos as coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como havíamos antecipado. É pois sempre a linguagem, assim como a experiência, a ação, que esta articula, que resiste ao assalto dos céticos. (RICOUER, 1994, p. 25-26.)

Não à toa, no jornalismo, o revisionismo do tempo, através de imagens de arquivo ou de textos antigos, é uma ferramenta utilizada para se desenhar a contemporaneidade. Rebuscar o passado é uma forma de se fazer uma comparação com situações ou políticas similares atuais, identificando performances insuficientes a serem sobrepujadas ou falhas que não devem se repetir. Em artigo para o blog Casos de Polícia, postado em 29 de dezembro de 2009³, por exemplo, época em que as Unidades de Polícia Pacificadora ainda se notabilizavam enquanto um experimento repleto de perspectivas e expectativas sobre o futuro de seu desempenho, a antropóloga Ana Paula Miranda, atentou para um detalhe. A tática de aproximação das forças policiais em territórios dominados por facções criminosas, numa tentativa de levarem a eles também as tão almejadas contrapartidas sociais⁴, estava longe de ser uma inovação. Ao estabelecer uma comparação entre as UPP's, a estudiosa evoca um

³ Ver em <http://extra.globo.com/casos-de-policia/ana-paula-miranda/gpae-upp-387054.html>

⁴ Trata-se do Projeto Mutirão da Paz, na favela conhecida como Pereirão, em Laranjeiras, zona sul do RJ, que foi concebido como uma intervenção policial que seria o zigoto do GPAP. Ele atenderia às demandas locais por meio da mobilização das Secretarias de Trabalho, Educação, Saúde, Justiça, Meio Ambiente, Ação Social, Esporte e Lazer, bem como da Defensoria Pública, DETRAN, FAETEC, Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDCS) e a participação da sociedade civil, representada principalmente pela ONG Viva Rio e a Associação de Moradores de Laranjeiras. Na época a região era constantemente palco de confrontos relacionados ao tráfico de drogas, e naquela época, a área tornou-se famosa pela existência da Pousada Favelinha, referência para os turistas estrangeiros.



outro laboratório de política de segurança, igualmente promissor, criado em 1999, chamado GPAE⁵. Contudo, o que mais impressiona, são duas preocupações levantadas pela estudiosa e que seriam pavimentadas até meados de 2010⁶, sendo reprisadas nos anos seguintes já no âmbito das UPP's: a) haveria comparações que pudessem ser feitas entre uma iniciativa e outra de forma a balizar seus impactos nas comunidades? b) as indefinições quanto ao método de inserção e as posteriores operacionabilidades das UPP's nos territórios ocupados afetariam de que forma a sociabilidade da população favelada?

Esse raciocínio sobre a relativização cronológica enquanto elemento de narrativa é particularmente interessante se quisermos abordar uma outra premissa básica da qual o jornalismo se estrutura como parte integrante de sua genealogia ética: a análise de conjuntura. Termo emprestado de outras áreas do conhecimento, esse tipo de apropriação é mais identificável em publicações jornalísticas especializadas, cujas informações são compartilhadas sob a forma de interpretações atualizadas de contexto e especulações. Essas mesmas características, conforme veremos mais adiante, foram identificáveis, a grosso modo, no Jornal Extra/Casos de Polícia, considerando todas as particularidades de um veículo que se pretende popular ao tentar se projetar como um arauto de referencialidade quando da invasão do Complexo do Alemão em 2010⁷ e posteriormente a esse impactante episódio.

⁵ Sigla para Grupamento Policial de Áreas Especiais

⁶ Época em que surgiriam os primeiros estudos acadêmicos sobre o impacto das UPP's nas comunidades ditas pacificadas

⁷ Considerando a possibilidade de uma derrota maciça em progresso protagonizada pelas autoridades, retaliações de todo o tipo foram produzidas pela facção criminosa local. Vieram a público uma série de demonstrações de força, especialmente ações de cerceamento de liberdade, de degradação do patrimônio público e até a possibilidade de atos terroristas (instalação de hipotéticas bombas em locais de grande aglomeração de pessoas). Criou-se na população um sentimento de expectativa que, como se não bastasse, originou a produção de boatos sem precedentes, com denúncias de procedimentos violentos que poderiam ter ou não correlação com iniciativas do tráfico. Diante desse cenário, o jornal Extra, pertencente às Organizações Globo, criou uma das iniciativas mais impactantes no que se refere à gestão de informação em momentos de crise, tendo como fonte de propagação uma mídia equie. A página do blog "Casos de Polícia", vinculada ao jornal e migrada para o Twitter, passou a contar com uma equipe de trabalho especialmente designada para se montar uma sistematização de apurações que deveria fornecer à audiência as conclusões daquelas checagens que confirmavam ou desmentiam as notícias alarmantes que chegavam ao conhecimento dos repórteres. Com o uso das hashtags #everdade e #eboato, a página do Twitter



Em outras palavras, a narrativa jornalística, além de uma domesticadora do tempo, precisa estar disposta a entregar uma solução, uma alternativa de negociação para um problema cotidiano de seu público. Ela necessita trazer para as audiências o instituto de uma certa representação enquanto sinônimo de signos, imagens e, acima de tudo, como forma e conteúdo de um pensamento. Mas para haver representação, de fato, é preciso que haja uma compreensão coletiva acerca do desenvolver de um acontecimento. Cria-se, então uma “dependência do visível” em relação à palavra, em que ela se torna um *fazer ver*, cabendo a ela pôr uma ordem, conceito que Rancière (2003) chama de *obrigação representativa*, pois à representação caberia um “desdobramento ordenado de significações, uma relação regulada entre o que compreendemos ou antecipamos e o que advém da surpresa.” (RANCIÈRE, 2003, p.123-124).

Para ilustrar o parágrafo acima, insiro um apontamento produzido pelo autor desse artigo em um trabalho anterior sobre o mesmo objeto em estudo. Nele, procuro desenvolver uma teoria em que o Jornal Extra/Casos de Polícia, apropriando-se de um domínio certificador sobre o gerenciamento do caos e através de um impositivo discursivo (e, portanto, narrativo) imputa-se um regime representativo de que a cidade “urgentemente necessitava” naquele fatídico final de novembro de 2010. Assim desenvolvo a seguinte ideia:

“Para tranquilizar a população, o Casos de Polícia emprega uma rotina, quase que a todo instante, de noticiar explicitamente que a convocação de instituições especializadas (no caso as forças armadas e policiais) no desenvolvimento dessa (re)ação precisa transparecer, em um dado momento, que os avanços em suas táticas e planejamentos obedecem a uma incontestável autonomia. O terreno inimigo vai, paulatinamente, sendo dominado, pois é necessária uma resposta efetiva, com condições e proporções idênticas ou, quem sabe, mais enérgicas do que a atmosfera de perturbação criada pela criminalidade. A simples organização de forças que

tentava traduzir o rumo dos acontecimentos e a sua criação foi reconhecida em diversos espaços midiáticos como o primeiro uso estrutural das potencialidades de uma mídia social por um meio de comunicação de massa na produção jornalística. (MOREIRA,2014)



agora são singulares e homogêneas, detectáveis e reconhecidas pela audiência, fornece a impressão que o espaço público direciona-se ao restabelecimento de uma normalidade que se encaixa no novelo de expectativas que compõem uma sociedade”. (MOREIRA, 2014)

Então, podemos inferir nessa afirmativa que, num primeiro momento, importava menos os efeitos da intervenção militar na cotidianidade de uma população historicamente acuada em função de infindáveis precariedades, que vão desde as relações circulantes de poder da criminalidade local à violência policial e, por conseguinte, a exclusão imposta pelo próprio sistema capitalista. O que precisa ser referendado enquanto notícia é o cerco a um território que está sendo controlado, se adequando, finalmente (?) aos parâmetros da legalidade, conhecendo as novas regras determinadas por instituições que balizam seus conceitos rígidos de justiça e normalidade e que se tornam forças que se anunciam e que vão propor um agenciamento, uma reestruturação do jogo político que, por convenção, será ampla e urgentemente narrado pelos círculos midiáticos, incluindo-se aí o Jornal Extra e o blog Casos de Polícia.

Entretanto, essa lógica de representação das Unidades de Polícia Pacificadora enquanto protagonistas de um processo histórico e inseridas na percepção de uma população que se subalterna a essa disputa de forças, não é assim tão óbvia para alguns dos autores utilizados nessa pesquisa e que tentam, a todo instante, fugir do binarismo opressor/oprimido. Didi-Huberman, por exemplo, ao criticar a materialidade histórica de um fato, exterioriza, ao seu modo, uma observação já discutida sob diversas formas nas Teorias do Jornalismo e da Notícia, porém com um empoderamento dialético bem mais circunstancial: o testemunho da fonte.

A questão levantada pelo autor, ao analisar de que forma deveria ser representado o extermínio de judeus nos campos de concentração de Auschwitz, torna-se bastante inquietante ao conferir justamente no relato dos sobreviventes do



Holocausto uma suposta inexatidão discursiva. Tal “desconfiança” estaria inserida na subjetividade desses testemunhos, pois teriam “uma natureza fragmentada e lacunar da verdade, mas são efetivamente tudo aquilo de que se dispõe para conhecer e imaginar a vida concentracionária de seu interior” (DIDI-HUBERMAN, 2012). Esse pensamento diz muito a respeito das próprias relações deontológicas entre jornalista e sua fonte. Não se trata, entretanto, de se insensibilizar com a dramaticidade dos relatos ou de se questionar o horror sofrido em suas falas. A grande pergunta feita pelo autor é como transformar esse tipo de discurso, que está muito longe de ser uma análise contextual, em informação histórica.

No caso dessa pesquisa, a indagação se baseia nas circunstâncias que transformam a narrativa testemunhal em informação jornalística, que, como a própria narrativa em si, precisa ser plausível, coerente e, acima de tudo, credível, sustentando os argumentos que se pretende elaborar. Ou poderíamos nos questionar de outra maneira: que tipo de narrativa se constrói a partir desses testemunhos? Que intervenções (se é que elas possuem espaço de relevância) podem existir no testemunho de um morador favelado do Complexo do Alemão perante a institucionalidade de uma empresa jornalística (Jornal Extra/Organizações Globo) que, indisfarçadamente, corrobora para que a tática de implantação das UPP’s corresponda aos anseios de uma audiência alarmada? Seria conferido ao interlocutor o direito a negar ou questionar a intervenção militarizada do Alemão naquele novembro de 2010, momento em que a ocupação já se configurava enquanto aposta consolidada de sucesso pela mídia?

Tipologias de narrativa

No tópico anterior, tentamos agrupar e adequar as várias referências teóricas sobre narratologia, temporalidade e representação a essa pesquisa, contextualizando e justificando os seus encaixes. A partir desse momento, iremos nos concentrar na proposição e identificação de tipologias narrativas do Jornal Extra/Casos de Polícia



que vão compor os tais processos de maleabilidade discursiva em relação às performances das UPP's no Complexo do Alemão. Vale lembrar que algumas matérias não se restringem somente ao território sendo estudado, estendendo-se a outros.



1) Triunfalismo – (Matérias laudatórias sobre o trabalho de instituições que adentram o conjunto de favelas e estabelece um perfil mais “humanista” do território)

Matéria 1 – “Moradores do Alemão se sentem ainda mais livres depois da implantação da UPP”

Três meses depois da invasão, em 24/02/11, a sensação de liberdade é o enfoque do texto⁸. Os muros simbólicos que existiam e impediam a mobilidade de moradores agora é coisa do passado. Tudo isso endossado por uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que foi contratada para uma medição “sobre a percepção do Estado na sociedade”. A pesquisa salienta, entretanto, que os moradores do asfalto não compartilham do mesmo ponto de vista. Pesquisador da instituição afirma que os moradores do Alemão “se sentem no Céu”.

Matéria 2 – “Um ano de pacificação”

Em um texto sobre a efeméride de 1 ano de ocupação⁹, datada de 20/11/11 podemos formatar a notícia com as seguintes características: As reportagens do jornal/blog ressaltam os resultados iniciais das implantações das UPP's no conjunto de favelas do Alemão como sendo satisfatórios do ponto de vista das perspectivas. Após o impacto imagético da retomada, o Jornal Extra não se esforça em se desvincular como um braço publicizante da agenda governamental, chegando,

⁸ Ver em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/moradores-do-alemao-se-sentem-ainda-mais-livres-depois-da-implantacao-da-upp-1139998.html#ixzz3VellIa2vG>

⁹ Ver em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/um-ano-de-pacificacao-3270813.html#ixzz3VemLnXF4>



inclusive a informar a data de implantação das unidades (à época dessa publicação, o exército ainda detinha o poder fiscalizador). Mas não sem antes fazer um breve recuo histórico sobre como os territórios que compõem a gigantesca favela eram ilhas de prosperidade para o livre circular de traficantes, com todas as configurações de uma ditadura aos seus moradores. Em seguida, a narrativa pondera, sem querer dosar o seu exercício de futurologia, que o uso de um contingente militarizado de agentes do Estado seria a solução para a permanência “da paz” institucionalizada por tempo indeterminado.



2) Favela como oportunidade – (Matérias cujo enquadramento intenciona englobar a “nova realidade” dos territórios enquanto detentora de uma “perspectiva econômica” a ser explorada).

Matéria 1 – “Negócios em áreas pacificadas crescem até 30% em 5 anos”.

Em 9/11/13, o Jornal Extra realizou uma matéria consideravelmente extensa¹⁰ para os padrões de formatação de um blog. Ela abre com um personagem (o primeiro de quatro, originários de 4 comunidades diferentes) que fornece uma breve biografia, recheada de perdas e desafios, como a morte de sete primos, executados por policiais ou traficantes. Apesar de suas vicissitudes, a recompensa por uma vida de esforços finalmente veio: o restaurante reformado e funcionando, em função de muitas economias poupadas e de um investimento subsidiado. Em seguida, o texto estabelece que é sob os auspícios da pacificação que negócios “surgiram, cresceram e se legalizaram”. Instituições como o Sebrae, Instituto Pereira Passos (prefeitura) e a Agência Estadual de Fomento (AGE-Rio, Secretaria Estadual de Comércio e Desenvolvimento Econômico) apresentam estatísticas de microempresários presentes nas favelas e em que quantidades eles optam por formalizar os negócios. São números

¹⁰ Ver em <http://extra.globo.com/noticias/rio/negocios-em-areas-pacificadas-crescem-ate-30-em-5-anos-11009535.html#ixzz3VejuXD8>



que sempre “surpreendem os técnicos” pela quantidade de empreendedores sedentos por essa nova realidade e demonstram, sem sutilezas, o quanto do “potencial lucrativo” das comunidades pode ser convertido em pautas para a imprensa.

Matéria 2 - ‘Efeito upp’ sobre imóveis chega a 15%

Em 17/10/13, a performance econômica das UPP’s não se restringe somente aos territórios pacificados, mas o entorno¹¹ deixa de ser um mero observador e configura sua participação na “nova conjuntura” a ser descortinada. Novamente é citada uma outra pesquisa da FGV que aponta a redução dos índices de criminalidade como sendo um fator para o excelente desempenho para os negócios do asfalto. Um profissional da área de consultoria imobiliária chega a afirmar que “ a queda de 10% na taxa de homicídios numa área resulta, em média, no aumento de 1,8% no preço do imóveis”. O texto prossegue:

(...) “especialistas apontam o vínculo entre a política de segurança e a dinâmica dos preços dos imóveis, compreendidas entre janeiro de 2007 a agosto de 2011. Eles levaram em conta os dados de cada uma das áreas sob influência das 18 UPP’s que entraram em operação a partir de dezembro de 2008” (JORNAL EXTRA, versão *online*, postagem em 17/10/13).

- 3) **O conflito “ressignificado”** (Matérias em que os focos de violência retornam ao noticiário, em especial sobre o Complexo do Alemão que, observa-se, ser uma das comunidades mais problemáticas em pelo menos duas categorizações: a) ações policiais que resultam em morte de moradores b) ações criminosas que resultam na morte de policiais.

Matéria 1 – “Para especialistas, UPP’s atravessam momento decisivo”

Postada em 25/04/14 , a matéria é claramente uma análise de conjuntura sob o efeito de um semestre inteiro de manchetes sobre “ataques às unidades, mortes violentas, tiroteios e protestos de moradores¹²”. Aliás, o ano de 2014 é marcado, surpreendentemente, pela

¹¹ Ver em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/efeito-upp-sobre-imoveis-chega-15-11021257.html#ixzz3VehmlKO2>

¹² Ver em <http://extra.globo.com/noticias/rio/para-especialistas-upps-atravesam-momento-decisivo12291410.html#ixzz3VeTgmWcV>



“demora” da mídia hegemônica em se corrigir um erro ao constatar o óbvio: que era hipócrita demais sustentar o termo “pacificação” e todos os seus correlatos, enquanto eufemismos semânticos, para designar espaços públicos que podiam denotar qualquer impressão, menos a de serem áreas pacificadas. A palavra desaparece, enfim, do noticiário. O Complexo do Alemão participa de um grupo de três tipos de UPP’s: o de condição crítica.

Embora haja uma tentativa de se manter uma postura avaliadora sobre a atuação das UPP’s, o sítio do Jornal Extra insiste na “benfeitoria” que engloba 1,5 milhão de pessoas morando em “áreas de Unidade de Polícia Pacificadora”. E mais: antes de, enfim, “problematizar” o tema da matéria em seu *lead*, o jornal enfatiza a meritocracia do projeto por “provocar uma queda drástica no número de homicídios” e produz, arditamente, um parágrafo inteiro com dados estatísticos sobre essa “diminuição abissal” para, só logo depois, dar voz aos estudiosos que clamam por mudanças em sua estrutura:

“No ano de 2012, o Instituto de Segurança Pública (ISP) divulgou que as primeiras 18 UPPs do Rio, em 29 favelas, tinham registrado média de 8,7 homicídios por 100 mil habitantes, menos da metade da taxa média do país, de 24,3, abaixo da taxa na cidade (18) e no estado do Rio (25). O estado como um todo, nos últimos anos, teve uma expressiva redução do crime. Se, em 2006, o total de homicídios no Rio foi 6.323, no ano passado já era 4.761, uma queda de 24,7%.” (JORNAL EXTRA, versão online, postado em 25/04/14).

Matéria 2 – “PM morto em 98º confronto no Complexo do Alemão era montador de andaimes”

Postada em 26/04/14, ou seja, 24 horas depois da matéria analisada acima¹³, resume a breve história de vida e de ingresso do policial militar “de apenas 30 anos” na corporação. De novo, estatísticas são postas em destaque. Dessa vez, os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) sobre as baixas de agentes do Estado em favelas com UPP, contabilizam que uma localidade do Alemão, a Nova Brasília, seria a “campeã” em trocas de tiros com policiais, totalizando 81 eventos até a conclusão

¹³ Ver em <http://extra.globo.com/casos-de-policia/pm-morto-em-98-confronto-no-complexo-do-alemao-era-montador-de-andaimes-12988947.html#ixzz3VeSk0opF>



desse artigo. O policial foi morto em um confronto que também vitimou um menino morador da comunidade, acusado de ser um traficante, o que foi prontamente desmentido pela família. Entretanto, embora a matéria esboce a predileção natural em se narrar o ponto de vista da fatalidade envolvendo o PM (lembrem-se, o blog chama-se Casos de *Polícia*), quatro linhas são dedicadas para, ainda que imersas em superficialidade, conferir alguma racionalização sobre, por exemplo, o tipo de arma “plantada” (um revólver) nas mãos do menino, que seria incompatível com o perfil de armamento utilizado pelos traficantes (fuzil). Ou seja, a arma encontrada seria uma evidência responsabilizante por encomenda, mas o blog sequer cogita alimentar tal tese.

Considerações finais

Em todo o estudo apresentado pudemos perceber que, em nenhum momento, qualquer narrativa ressalta a probabilidade genuína de duas culturas (favela e asfalto) se convergirem em algo que pudesse ser minimamente compreendido como uma tentativa de coexistência urbana, talvez uma democracia que finalmente pudesse abandonar a maquiagem de suas territorialidades. Ensaiou-se, enquanto política de segurança e discursividade narrativo-midiática, uma aproximação com a cidade que, uma vez mais, se escorou na retórica inconsistente, onde “o que acontece lá” é, ainda, uma permanente diferença do que “acontece aqui”.

A história foi parcialmente moldada por esses dois veículos até onde foi possível. Fomos culturalmente forçados a aceitar que tal realidade histórica poderia seguir caminhos alternativos. Apesar de as UPP’s a todo instante, e, inclusive, nos momentos de crise, continuarem a ser postuladas como detentoras de uma “solução política” do crime. Houve uma manipulação de sentido em relação “ao que poderia ser diferente”. Ou seja, a tática de aproximação, os processos de legalidade e estruturação urbana e econômica das favelas, todos dentro de uma aceitabilidade que parece sugerir mudanças, ironicamente só serviram para encorajar a distinção clássica



do “nós e eles” que, em um determinado momento, será indisfarçável novamente. Prevalece, uma vez mais, a escassez de diversidade discursiva, inclusive, cultural, impedida de ter voz, assim como os próprios moradores do Alemão.

Referências Bibliográficas

CORREIA, José Carlos. *Jornalismo e Espaço Público – Estudos em Comunicação*. Universidade da Beira Interior. 1998.

GENRO FILHO, Adelmo. “O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo”. Porto Alegre: Tchê!, 1987

HUBERMAN, George Didi. “Imagens, apesar de tudo”. Ed. KKYM, Lisboa, 2012

MOTTA, Luiz Gonzaga. “Narrativa jornalística e conhecimento imediato de mundo: construção cognitiva da história do presente”. Artigo apresentado no IV Colóquio Espanha-Brasil de Ciências da Comunicação realizado em Málaga, Espanha, de 24 a 26 de abril de 2006.

MOREIRA, Fabio Leon. “Apaziguando Uma Cidade em Conflito: Uma Análise dos Enunciados do Blog Casos de Polícia no Twitter Durante a Invasão do Complexo do Alemão”. Artigo apresentado no Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5 de setembro (2014).

RANCIÈRE, Jacques. “O destino das Imagens”. Ed. Contraponto, 2003.

RICOUER, Paul. “Tempo e narrativa” – Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994.